



## Vídeo do CJF vai ensinar juízes a lidar com a imprensa

Em prol de uma melhor comunicação entre jornalistas e juízes e, por conseqüência, do Judiciário com a sociedade, o Conselho da Justiça Federal está organizando um vídeo de *media training* que deve chegar às mãos de todos os juízes da Justiça Federal no país.

O trabalho, em parceria com Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e com a Companhia de Notícias, e financiado pela Caixa Econômica Federal, pretende aproximar e ampliar as relações dos juízes com a imprensa para dar, acima de tudo, mais transparência e publicidade ao trabalho do Judiciário.

A função do *media training* é ensinar profissionais a lidar com a imprensa. “A idéia é que os juízes aprendam como falar com a imprensa e saibam da importância de atendê-la”, afirma Roberta Bastos, da comunicação social do CJF. De acordo com Roberta, a idéia surgiu a partir da queixa recorrente da imprensa sobre a dificuldade de falar com os juízes. “Essa comunicação é muito importante até para a imagem da Justiça.”

O CFJ promoveu, na manhã desta segunda-feira (26/2), o II Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação da Justiça Federal, em Brasília, para tratar da relação entre o Poder Judiciário e a imprensa e o papel da comunicação social das instituições na aproximação desses atores e deles com a sociedade.

Na abertura do evento, que reuniu assessores de comunicação da Justiça Federal de todo país, o presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça, ministro Raphael de Barros Monteiro, ressaltou a importância da área de comunicação social e do papel do setor na aproximação das instituições públicas com a imprensa e o cidadão.

“Em meio aos desencontros entre as linguagens e ao descompasso entre ritmos, o papel do assessor de comunicação emerge como um precioso fator de harmonização, de promoção de diálogo e do entendimento entre a imprensa e o Judiciário.”

Para o ministro, o relacionamento com a imprensa deve ser objeto de cuidadosa atenção por parte das instituições públicas. “Sem a imprensa, como poderia a sociedade entender as prolixas decisões do Poder Judiciário? A verdadeira publicidade dos atos do Poder Judiciário tem portanto o seu efetivo cumprimento com o trabalho da imprensa, que sabe como ninguém falar a língua do cidadão, que detém o conhecimento técnico das ferramentas de uma eficaz comunicação”, disse.

Barros Monteiro lembrou que o Conselho da Justiça Federal estabeleceu como prioridade o investimento direto e sólido na área de comunicação, como poderoso instrumento para garantir melhor trânsito entre as informações do Judiciário para a imprensa.

### Palavra da imprensa

Para a mesa de debates do encontro, o CJF convocou experientes jornalistas na cobertura do Poder Judiciário, como o jornalista Luiz Orlando Carneiro. Ele criticou a imprensa anunciando decisões em



---

jurisprudência consolidada como novidade e atribuiu o fenômeno à aflição da corrida contra o tempo tanto dos jornais quanto dos assessores de imprensa, além do imediatismo do jornal *online*.

Também participaram do debate os jornalista Fernando Teixeira, do jornal *Valor Econômico*, e Giselle Souza, do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Incisiva, Giselle ressaltou que as assessorias precisam conscientizar os juízes sobre a importância de divulgar seu trabalho junto à imprensa.

Fernando Teixeira chamou atenção para a falta de comunicação em algumas instituições lembrando da assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de São Paulo, antes da gestão do presidente Celso Limongi. “A gente simplesmente não sabia o que acontecia lá dentro.” Teixeira defendeu uma disciplina na comunicação do Judiciário com a imprensa e a sociedade. “Não podemos ficar a mercê da boa vontade de alguns juízes ou assessores.”

Representando o Judiciário, o ministro João Otávio de Noronha mostrou preocupação com a deturpação das decisões do Judiciário pela imprensa e defendeu o papel do assessor de comunicação e a aproximação do juiz com a imprensa. Noronha criticou comentários antecipados de futuras decisões à imprensa. “O juiz deve se preservar para julgar com isenção.”

Os juízes Alexandre Miguel, de Vitória, e Walter Nunes, presidente da Ajufe, também fizeram seus comentários. Para Nunes, ainda não há um ambiente adequado entre o juiz e o assessor que, na sua opinião, deve ter uma ação pró-ativa. “O assessor deve coletar informações junto aos juízes e tribunais, e servir de elo de ligação entre juízes e jornalistas.”

**Date Created**

26/02/2007